

SISTEMAS APOSTILADOS DE ENSINO: ESTRATÉGIA MUNICIPAL PARA A ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE?

Edimar Aparecido da Silva - FCT - UNESP- campus de Presidente Prudente

Orientadora: Yoshie Ussami Ferrari Leite

Eixo temático: 2 – Políticas e Gestão Educacional

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

O presente trabalho refere-se a uma pesquisa de mestrado em fase inicial, vinculada a linha de pesquisa “Políticas Públicas, Organização Escolar e Formação de Professores” do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista de Presidente Prudente. Trata-se de um estudo que tem como objetivo compreender como o uso de um sistema apostilado de ensino, pela rede municipal de Álvares Machado, pode contribuir para o fornecimento de novos elementos para a busca de aspectos qualitativos na escola pública no contexto atual.

Segundo Beisiegel (1980), o processo de democratização da escola pública, permitiu uma grande expansão nas oportunidades de acesso, para que os alunos das classes populares tivessem direito à educação. Desta forma, a exclusão da classe trabalhadora, de uma escola que ao longo de décadas foi elitista, reverteu-se através da ampliação quantitativa de vagas.

Embora tenha acontecido à incorporação da classe popular em uma escola, então direcionada à elite, surge o desafio de garantir aspectos qualitativos capazes de adequar a escola às necessidades de uma nova clientela, como apontam os estudos de Beisiegel (1980), Paro (2002), Oliveira e Araujo (2003) e Leite e Di Giorgi (2004).

Nessa perspectiva, de quais aspectos qualitativos falamos? Entendemos que de modo geral, torna-se difícil entre pesquisadores de diversas áreas do conhecimento chegar a um consenso do que é qualidade, por ser esta “uma palavra polissêmica, ou seja, comporta diversos significados (...) e por possibilita interpretações diferentes do seu significado segundo diferentes capacidades valorativas” (OLIVEIRA e CARDOSO, 2003, p. 7)

Em face ao debate, Paul Singer (1996) pontua a existência de duas posições antagônicas em torno da qualidade educacional:

Vamos chamar a primeira posição de civil democrática, porque ela encara a educação em geral e a escolar em particular como processo de formação cidadã, tendo em vista o exercício de direitos e obrigações típicos da democracia. (...)

O que se contrapõe a essa visão é a que denominarei produtivista. Esta concebe a educação, sobretudo escolar como preparação dos indivíduos para o ingresso, da melhor forma possível, na divisão social do trabalho. (...) Educar seria primordialmente isto: instruir e desenvolver faculdades que

habilitem o educando a integrar o mercado de trabalho o mais vantajoso possível. (SINGER, 1996, p.5)

Partindo dessa compreensão, aproximamo-nos da concepção civil democrática que denota a educação um processo emancipatório às classes sociais que foram excluídas ao longo de décadas, do exercício de seus direitos e obrigações comuns a democracia. Valorizamos a escola pública como espaço de conquistas e mudanças frente aos problemas sociais vivenciados pela maioria da população brasileira.

Nesse contexto, percebemos que entre as medidas acompanhadas com as políticas de democratização do ensino e direcionadas para a escola pública, esta à criação da FAE (Fundação de Assistência ao Estudante) em 1983, que representa um dos primeiros passos para a garantia de aspectos qualitativos por meio de vários programas, como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), PLIDEF (Programa do Livro Didático - Ensino Fundamental), programas editoriais, de material escolar, bolsas de estudos e outros.

Em 1985, outra política elaborada de forma a contemplar os alunos do ensino fundamental da rede pública brasileira, é observada através do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), que tem como objetivo a aquisição e distribuição universal e gratuita de livros didáticos, através do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), órgão federal responsável pela captação de recursos para o financiamento de programas voltados para o ensino fundamental.

Neste cenário, o reconhecimento de uma escola pública como direito de todos é conquistada com a promulgação da Constituição de 1988, que de acordo com Leite e Di Giorgi (2008, p. 15):

(...) apresenta o mais longo capítulo sobre educação. Consagra-se como direito público subjetivo e estabelece o princípio da gestão democrática do ensino público, o dever do Estado em prover creche e pré-escola às crianças e o ensino fundamental obrigatório e gratuito para todos.

O acompanhamento das mudanças ocorridas na economia e nas relações políticas e sociais do cenário mundial, ocorridas a partir dos anos 90, inauguram o surgimento de políticas neoliberais e a redefinição de novos papéis do Estado.

Os discursos de democratização foram então, articulados aos interesses da Reforma do Estado e o debate em torno das políticas educacionais e da gestão da educação e da escola pública adquire conteúdos gerenciais, dando-se inicialmente no campo das legislações (ROSSI, 2009).

Consideramos a Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996, que através da modificação dos artigos do capítulo da educação e da nova redação ao art. nº 60

do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias presente na Constituição Federal de 1988, objetiva a intervenção da União nas esferas estaduais caso não aplicassem o mínimo percentual exigido por lei, a revisão e definição das responsabilidades das unidades federativas na oferta do ensino, o detalhamento dos recursos aplicados pela União na erradicação do analfabetismo e a criação do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e a Valorização do Magistério) (LEITE e DI GIORGI, 2008).

Em sequência, é aprovada no dia 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96), que define nos artigos 70 e 71, as despesas que podem e as que não podem ser consideradas como manutenção e desenvolvimento do ensino. Também, confirma as responsabilidades das esferas municipais e dos recursos financeiros para a organização da educação (CARAVINA, 2009)

Em 24 de dezembro de 1996, o Congresso Nacional aprova a Lei Federal nº 9.424/1996 regulamentando o FUNDEF. O fundo seria composto por 15% da arrecadação proveniente de impostos e transferências constitucionais (ICMS, FPE, FPM, IPI/Exp. e Ressarcimento pela Desoneração de Exportações) (CARAVINA, 2009).

São elencadas, portanto, prioridades: aos Municípios a Educação Infantil, aos Estados, o Ensino Médio, para a União, Ensino Superior e dividido entre os Estados e os Municípios, em regime de colaboração e com suplementação financeira da União, e do Ensino Fundamental.

Nessa perspectiva, a distribuição do FUNDEF privilegiaria o número de matrículas do ensino fundamental mantidas pelas esferas estaduais e municipais na proporção das escolas cadastradas das respectivas redes de ensino.

Diante deste contexto, visando entre outras coisas à desconcentração e descentralização de recursos e competências que se deu o início, de forma mais intensa, do processo de municipalização do ensino fundamental no Estado de São Paulo.

Concordamos que a regulamentação do FUNDEF acelerou o processo de municipalização no Estado de São Paulo, pois

[...] muitos prefeitos dos municípios paulistas se viram diante de um dilema: dar por perdido o percentual da receita retido no FUNDEF ou assumir a responsabilidade pela oferta de ensino fundamental municipal através da celebração de convênios com o Estado ou através da criação de uma rede própria de ensino fundamental, recebendo assim o repasse de verbas do FUNDEF. (CARAVINA, 2009, p. 40).

Em 1997, o primeiro ano das novas gestões municipais eleitas, ocorre à maior proporção de municipalizações, sendo que um terço dos municípios assinam convênios com

a Secretaria Estadual de Educação, antecipando a implementação do FUNDEF. (MARTINS, 2003)

Segundo Martins (2003, p.9), em 1998, houve um refluxo e apenas 43 municípios aderiram à municipalização. Já no ano de 1999, ainda conforme a autora, o processo retoma seu fôlego incorporando mais 18% dos municípios.

Sabemos que, a municipalização no Estado de São Paulo compreendeu municípios de pequeno, médio e grande porte com capacidade fiscal, administrativa, perfil político partidário e cobertura do ensino fundamental totalmente diferentes entre si, ora privilegiando o todo o ensino fundamental, ora privilegiando apenas aos anos iniciais. (MARTINS, 2003)

Na tabela seguinte, é possível observar, que o número de matriculados na rede municipal obteve um enorme crescimento no período de 1996 a 2008. Proporcionalmente, nota-se, que mesmo com quase a totalidade da responsabilidade do segundo ciclo do ensino fundamental, o sistema estadual paulista apresentou uma diminuição no número de alunos matriculados.

TABELA 01 - Estado de São Paulo – Número de Matrículas do Ensino Fundamental Regular Público

ANO	ESTADUAL		MUNICIPAL		TOTAL
1996	5.078.539	87%	726.704	13%	5.805.243
1997	4.634.560	81%	1.075.850	19%	5.710.410
1998	4.436.407	79%	1.194.819	21%	5.631.226
1999	4.052.972	73%	1.544.184	27%	5.564.156
2000	3.865.320	71%	1.595.881	29%	5.461.201
2001	3.550.793	67%	1.771.167	33%	5.322.560
2002	3.285.418	63%	1.935.101	37%	5.220.519
2003	3.106.812	61%	2.011.743	39%	5.118.555
2004	3.001.513	59%	2.075.869	41%	5.077.382
2005	2.954.426	58%	2.127.994	42%	5.082.420
2006	2.945.985	57%	2.249.262	43%	5.195.247
2007	2.841.788	56%	2.278.235	44%	5.120.023
2008	2.771.588	55%	2.293.609	45%	5.065.197

Fonte: INEP/MEC – Censo Escolar de 1996 a 2008 – www.inep.gov.br. Tabela elaborada por Maria Solange Caravina, 2009.

Após dez anos de vigência, o FUNDEF foi extinto em 31 de dezembro de 2006. Nesse período, concordamos com Caravina (2009, p. 36) que “houve um avanço no atendimento do ensino fundamental, pouco faltando para atingir a universalização no Brasil”.

Dias antes, no dia 19 de dezembro de 2006 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 53 (EC nº 53), dando nova redação ao artigo 60 do Ato das Disposições

Constitucionais Transitórias, instituindo, então, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) como substituto do FUNDEF (CARAVINA, 2009).

O FUNDEB, em relação à natureza, organização e funcionamento se assemelha ao FUNDEF por ter os recursos retidos de cada Estado, repartidos proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica das redes estaduais e municipais. Sendo as principais diferenças em relação à abrangência e ao volume de recursos envolvidos (CARAVINA, 2009).

Partindo dessas novas determinações, notamos que cada município dispõe de certa autonomia para utilização dos seus recursos. Assim, concordamos com Militão (2007 p. 83) que “em cada caso de municipalização que se desenvolve no âmbito do território paulista, mesmo apresentando semelhanças, é único, uma vez que é extremamente dependente da conjuntura local”.

Frente às enormes desigualdades regionais, há a preocupação com as dificuldades dos municípios em organizarem seus sistemas de ensino na construção do próprio currículo. Muitas vezes, frente à busca de soluções imediatas para a consecução da oferta educacional, as redes municipais buscam como estratégia a oferta de sistemas apostilados de ensino.

Conforme matéria publicada, em 16 de setembro de 2009 no Jornal Valor Econômico de São Paulo, afirma-se que mais de um terço das cidades paulistas usam apostilas.

De acordo com Adrião et. al. (2009) os sistemas apostilados de ensino, estão principalmente presentes nos municípios de pequeno porte. Consideramos entretanto, que o fornecimento destas apostilas podem advir de parcerias com empresas privadas coordenadas pelos maiores grupos educacionais do país, como COC, ANGLO, OBJETIVO e POSITIVO

Diante desta situação, observamos a necessidade de uma reflexão mais ampla sobre o ensino apostilado, tanto no que se refere aos seus aspectos políticos, como, em seus aspectos pedagógicos, devido muitas vezes a sua intencionalidade de proporcionar um currículo para a escola pública.

Para a fundamentação desta pesquisa, de forma a possibilitar melhor compreensão do uso de sistemas apostilados de ensino, consideramos o professor como um profissional da educação imprescindível, capaz de transcender os limites que se apresentam no cotidiano de seu trabalho. Segundo Ghedin (2007.p.18)

Isso supõe que cada professor analise o sentido político, cultural e econômico que cumpre à escola; com esse sentido condiciona a forma em que ocorrem as coisas no ensino; o modo como se assimila a própria função; como se tem interiorizado os padrões ideológicos sobre os quais se sustenta a estrutura educativa.

Portanto, atento ao delineamento de políticas no uso de sistemas apostilados de ensino, que permeiam o trabalho docente e diante da construção de uma escola pública de qualidade, levantam-se as seguintes indagações: No atual contexto político-social do país quais elementos estão implicados na utilização dos sistemas de ensino apostilados? Quais implicações o uso de sistemas apostilados, traz para o trabalho docente e para a aprendizagem dos alunos na rede municipal de Álvares Machado? Como o trabalho docente se organiza diante da aquisição de um sistema de ensino apostilado?

OBJETIVOS

O objetivo geral da presente pesquisa é compreender quais os desafios e possibilidades, os sistemas de ensino apostilados trazem para escola pública no âmbito da rede municipal de Álvares Machado.

Como objetivos específicos, apresentamo-nos:

- I. Contextualizar a situação política educacional do país para a compreensão da utilização dos sistemas de ensino apostilados.
- II. Investigar quais implicações o uso de sistemas de ensino apostilados traz para o trabalho docente e para a aprendizagem dos alunos.
- III. Conhecer como o trabalho docente organiza-se mediante o uso de um sistema de ensino apostilado.

METODOLOGIA

Considerando o objetivo e a finalidade do estudo, a presente pesquisa se insere em uma abordagem qualitativa (ESTEBAN, 2010. p. 127).

Sob a ótica dos métodos, caracteriza-se inicialmente como pesquisa bibliográfica, que buscar-se-á o contato com a produção sobre a temática, colocando o pesquisador em contato direto e permitindo a construção do referencial teórico do presente trabalho.

Para tanto este estudo será desenvolvida na Rede Municipal de Álvares Machado, tendo como sujeitos participantes, os Gestores da Secretaria Municipal de Educação (Secretário Municipal de Educação, Supervisores de Ensino e Diretores de Escola) que mediante a adoção de entrevista semi-estruturada, como procedimento metodológico,

buscaremos coletar informações referentes aos motivos que levaram a Secretaria Municipal de Educação a adotar um sistema de ensino apostilado, como também a compreensão deste processo.

Posteriormente serão realizadas entrevistas semi-estruturadas envolvendo professores de diferentes anos, dos anos iniciais do ensino fundamental, de duas escolas que apresentam características distintas quanto ao público e a localização. Por meio destas, buscaremos construir reflexões sobre a organização do trabalho docente, bem como sobre as implicações que o sistema de ensino apostilado trouxe para processo de ensino-aprendizagem na percepção destes sujeitos.

Finalmente, a análise dos dados obtidos será feita através da análise de conteúdo Franco (2008), e com base nos posicionamentos teóricos feitos ao longo da pesquisa.

RESULTADOS PARCIAIS

Com o objetivo de compreender como os trabalhos acadêmicos estão desenvolvendo a temática dos sistemas apostilados de ensino, realizamos um levantamento de dissertações e teses, considerando o período de 2000 a 2010, nos programas de Pós Graduação em Educação das seguintes instituições paulistas: UFSCARⁱ, USPⁱⁱ, UNESPⁱⁱⁱ de Presidente Prudente, Rio Claro, Araraquara e Marília, UNICAMP^{iv} e PUC-SP^v. Também realizamos levantamento junto ao banco de Teses e Dissertações da Capes^{vi}/MEC de forma a obter uma visão mais ampla sobre as produções.

Constatamos que a maioria dos trabalhos concentra-se no Programa de Pós Graduação em Educação da UNESP de Rio Claro, devido ao “Projeto Estratégias Municipais para a Oferta da Educação Básica: Uma análise de Parcerias Público-Privado no Estado de São Paulo”, financiado pela FAPESP^{vii} e coordenado pelas professoras: Prof^a Dr^a Theresa Adrião, Prof^a Dr^a Teise Garcia, Prof^a Dr^a Raquel Borghi e Prof^a Dr^a Lisete Arelaro.

Este projeto teve como objetivos: organizar um banco de dados sobre o perfil das parcerias efetuadas entre o conjunto dos municípios paulistas e a esfera privada para a oferta da educação básica e desenvolver estudos de caso em municípios intencionalmente selecionados, tendo em vista a vigência, durante o período de 1996 a 2006, de parcerias entre a poder público local e o setor privado em uma das seguintes modalidades: aquisição de material pedagógico na forma de "sistema de ensino"; contratação de instituições privadas para gerir e ou elaborar políticas de gestão da educação municipal; subvenção pública a instituições privadas para a oferta de vagas.

Assim, em relação ao levantamento da UNESP de Rio Claro, encontramos quatro trabalhos em nível de Mestrado. O primeiro, defendido em 2008 por Jeferson Antonio do Prado, orientado pela Prof^a Dr^a Marilena Ap. Jorge Guedes de Camargo, tem o título “Compreensão Da Atividade Pedagógica Configurada Em Uma Rede De Inter -Relações: Franquia Escolar”. O trabalho buscou compreender sobre em que medida as tensões interdependentes no espaço e no tempo da sala de aula, (a estrutura organizacional, os pressupostos, os valores, as condições e metodologia de trabalho, os horários das aulas, as disciplinas, o nome da escola, a rede pela qual se vincula, e em especial o material apostilado sistematizado adotado), de uma escola particular franqueada instrumentalizam o olhar do professor auxiliando na compreensão de sua atividade docente, utilizando ao referencial teórico as obras de Norbert Elias quanto aos estudos da categoria de inter-relação entre indivíduo e sociedade concebidos como uma rede de funções interdependentemente. Entretanto, a pesquisa investigou o material apostilado de acordo com as particularidades dos professores do ensino médio e de uma instituição particular o que não relaciona-se propriamente com os objetivos do nosso estudo.

O segundo trabalho, também defendido no ano de 2008 é de autoria de Egle Pessoa Bezerra, orientado pela Prof^a Dr^a Theresa Adrião, com o título “Parceira público-privada nos municípios de Brotas e Pirassununga: Estratégias para a oferta de ensino?”. A dissertação versa sobre a constituição de parcerias entre a administração pública brasileira e o setor privado, ressaltando seus reflexos para a educação nos municípios paulistas de Brotas e Pirassununga. Este trabalho toma por base as condições jurídicas e administrativas deste novo aparato, e sua adoção pelos municípios paulistas de Pirassununga e Brotas.

O terceiro trabalho corresponde é de autoria de Alessandra Aparecida Caim, também orientado pela Prof^a Dr^a Theresa Adrião, defendido em 2009, com o título “O atendimento ao Ensino Fundamental: Análise de parcerias de 2 municípios paulistas e o setor privado na aquisição de ‘Sistema de ensino’ “. O estudo teve como objetivo investigar e analisar a implantação e as consequências das parcerias público-privadas estabelecidas entre a administração pública municipal e a iniciativa privada, no estudo de dois casos intencionalmente selecionados: os municípios de Ipeúna e Santa Gertrudes que adotaram um sistema de modelo pedagógico único. A pesquisadora privilegiou apenas entrevistas com os gestores municipais e representantes da empresa em questão.

Finalmente, a última dissertação encontrada no Programa de Pós Graduação em Educação do Instituto de Biociências da UNESP campus de Rio de Claro, é da autora Lucilene Rossi, também orientado pela Prof^a Dr^a Theresa Adrião, com o título “Oferta educacional e parceria com o setor privado: um perfil dos municípios paulistas com até 10.000 habitantes”. Foi defendido no ano de 2009, e teve como objetivo analisar a tendência

na adoção de parcerias entre prefeituras municipais e empresas privadas para a compra de material apostilado nos municípios com até 10.000 habitantes, buscando traçar um perfil destes. O trabalho apontou que a combinação de destes fatores: fragilidade financeira, municipalização do ensino fundamental, programa partidário e “marketing” das empresas gerou a grande expansão das parcerias público-privado de sistemas de ensino apostilados nos municípios com até 10.000 habitantes.

Em nosso levantamento realizado no Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da UNESP campus de Araraquara, encontramos dois trabalhos em nível de Mestrado. O primeiro foi, defendido em 2008, por Ivair Fernandes de Amorin e orientado pela Profª Drª Paula Ramos de Oliveira, com o título “Reflexões críticas sobre os sistemas apostilados de ensino”. Teve como objetivo analisar as apostilas presentes nos sistemas municipais amparado pelos filósofos frankfurtianos signatários da Teoria Crítica valendo-se de categorias como Indústria Cultural e Semiformação para elucidação do objeto de estudo que contempla o processo formativo do aluno.

O outro trabalho encontrado na UNESP de Araraquara foi defendido em 2009 sendo de autoria de João Ernesto Nicoletti, orientado pelo Profº Drº Ricardo Ribeiro, intitulado “Ensino apostilado na Escola Pública: tendência crescente nos municípios da região de São José do Rio Preto-SP”. O objetivo da pesquisa foi investigar como ocorre a contratação de sistemas privados de ensino para fornecimento de apostilas a alunos da rede municipal de Ensino Fundamental; bem como de material e treinamento a professores que atuam nas escolas municipais da região de São José do Rio Preto.

O levantamento no Programa de Pós Graduação em Educação da UNESP campus de Marília possibilitou que encontrássemos a dissertação defendida no ano de 2010 de Fernanda Marcela Delgado, sob orientação da Profª Drª Maria Silvia Simões Bueno, com o título “A educação municipal e a relação público x privado: um estudo de caso em Fernão/SP” - que apresenta uma discussão sobre a lógica de quase-mercado inserida na educação brasileira, especificamente no município de Fernão, Estado de São Paulo, bem como questiona a interferência de organizações escolares privadas em espaços públicos.

No banco de teses e dissertações do Programa de Pós Graduação em Educação: Currículo da PUC - São Paulo, encontramos a dissertação defendida em 2010 - A contratação de uma empresa privada pela rede pública municipal de Poá – SP (Gestão 2005-2008) A voz dos professores do Ensino Fundamental - de autoria de Cláudia Barbosa Santana Mirandola, orientada pela Profª Drª Branca Jurema Ponce que teve como objetivo compreender como foi o processo de contratação da empresa educativa e como os

professores vivenciaram a implantação e a implementação da proposta apostilada de ensino.

De acordo com o levantamento realizado vale ressaltar que não encontramos trabalhos diretamente relacionados com a temática em questão, nos Programas de Pós Graduação em Educação da UNICAMP, USP, UNESP campus de Presidente Prudente e UFSCAR em vista ao período consultado.

Para ampliar a busca de teses e dissertações, garantindo uma visão de âmbito nacional, também consultamos a base de dados da CAPES/MEC onde pesquisamos pela palavra apostila, e encontramos trabalhos direcionados à área técnica, envolvendo informática, por exemplo, ou outro conhecimento específico. Já com a expressão “sistemas apostilados”, identificamos apenas os trabalhos já mencionados.

As pesquisas que identificamos apontam elementos importantes sobre o “ensino apostilado”, como as parcerias público-privado para a oferta deste material didático, a vivência dos professores frente a um ensino apostilado de natureza privada e uma análise crítica do processo formativo dos alunos, diante de um material também fornecido por instituições privadas.

Podemos considerar que os trabalhos ainda são poucos, pois o uso de sistemas apostilados trata-se de uma estratégia atual, pressuposta pelo processo de municipalização do ensino, podendo advir de parcerias com instituições privadas. Diante desta política, nosso estudo poderá contribuir para uma melhor compreensão dos sistemas apostilados de ensino na escola pública atual, tendo como protagonistas desta análise, os professores, os quais consideramos capazes de refletir frente às implicações que envolvem o seu trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRIÃO, T. (et. al). Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de “sistemas de ensino” por municípios paulistas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, out. 2009

BEISIEGEL, C. de R. **Relações entre a quantidade e a qualidade no ensino comum**. Revista ANDE. 1980.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 14 de 12 de setembro de 1996. Modifica os art. 34, 208, 211 e 212 da Constituição e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições Condicionais Transitórias. Disponível em <[http:// www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)> Acesso em 20. Mar.2010.

_____. Lei 2.424 de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério. Na forma prevista no art. 60 § 7 do Ato das Disposições Condicionais Transitórias. Disponível em < <http://www.mec.gov.br> > Acesso em 20. Mar.2010.

CARAVINA, Maria Solange. **Impacto da municipalização do ensino fundamental público e as condições de trabalho dos professores no município de Presidente Prudente – SP**. 2009. 185f. Tese (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009

ESTEBAN, M. Paz Sandin. **Pesquisa qualitativa em educação: Fundamentos e tradições**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de Conteúdo**. 3. ed. Brasília: Líber Livro, 2008.

GHEDIN, Evandro (org.). **Perspectivas em formação de professores** /Evandro Ghedin (org). Manaus : Valer, 2007

LEITE, Y. U. F.; DI GIORGI, C. A. G. **A qualidade na/ da escola pública**. (Não Publicado, 2008).

MARTINS, Angela Maria. Uma análise da municipalização do ensino no Estado de São Paulo. **Cad. Pesqui.** São Paulo, n. 120, nov. 2003 . Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010015742003000300011&lng=pt&rm=iso >. Acesso em 20 mar. 2010.

MILITÃO, Silvio César Nunes. **O processo de municipalização do ensino no Estado de São Paulo: uma análise do seu desenvolvimento na região de governo de Marília**. 2007. 228f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.

OLIVEIRA, R. P. de; ARAUJO, G. C. de. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 28, 2005. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782005000100002&lng=pt&rm=iso >. Acesso em: 15 mar. 2010.

PARO, V.H., **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2002

SERGIO ZACCHI .Apostilas fomentam disputa PT x PSDB. **Valor Econômico**. São Paulo, 16 nov. 2009. Caderno Especial. Disponível em < <http://e-educador.com/index.php/notas-mainmenu-98/5723-apostilas> > Acesso em 17 mai. 2010.

SINGER. Paul. **Poder Política e Educação**. Conferência de Abertura da XVIII Reunião da ANPEd, Caxambu, outubro de 1995. In Revista Brasileira da Educação. Nº 1. Jan/Fev/Mar/Abr, 1996. p. 5- 15

ⁱ Universidade Federal de São Carlos.

ⁱⁱ Universidade de São Paulo

ⁱⁱⁱ Universidade Estadual Paulista

^{iv} Universidade Estadual de Campinas

^v Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

^{vi} Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

^{vii} Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo